



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12987 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

MULHERES SUFRAGISTAS NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PARA O PROGRESSO FEMININO (1922-1934): ATIVIDADES LABORAIS, DIREITOS E PERSPECTIVAS DE EMANCIPAÇÃO

Carla Bispo Azevedo - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Márcia Cabral da Silva - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

MULHERES SUFRAGISTAS NA FEDERAÇÃO BRASILEIRA PARA O PROGRESSO FEMININO (1922-1934): ATIVIDADES LABORAIS, DIREITOS E PERSPECTIVAS DE EMANCIPAÇÃO

Resumo

O presente estudo configura-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, ancorado, por um lado, nos pressupostos teóricos de Perrot (1995) e Besse (1999), no que diz respeito à história das mulheres na sociedade ocidental e, por outro, nos de Costa (2006) e de Hooks (2018), ao problematizarem a história das associações nas quais lutaram por direitos, notadamente pelo direito de voto e acesso à educação de um modo geral. Neste sentido, busca-se analisar as propostas de admissão de sócias submetidas à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o livro de matrículas desta instituição, por meio dos quais observam-se nome, estado civil, idade, local de moradia e profissão. A análise privilegia algumas categorias, tais como: gênero, patriarcado, atividades laborais. A abordagem também leva em consideração que, em cada momento histórico, as perspectivas de emancipação das mulheres se expressam de uma dada maneira. Portanto, seria inadequado universalizá-las. Para além do acesso à educação, a inserção das mulheres na esfera pública por meio da participação em associações ganha destaque. Seja no papel de liderança, seja no movimento de filiação às entidades, há um claro deslocamento da condição de subalternidade para um modo de ativismo específico da época em que atuaram.

Palavras-chave: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino; Gênero; Atividades Laborais; História das mulheres.

A história das mulheres pode ser pensada a partir de diferentes perspectivas. Neste

trabalho, opta-se por dar realce ao perfil das mulheres filiadas à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, principalmente em relação às profissões que exerciam. Neste sentido, as mulheres são postas à condição de sujeito da história. Michelle Perrot (1995) pontua que a escrita da história das mulheres é algo que revela uma profunda transformação: se relaciona com a concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução. Na condição de agentes históricos, possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas; uma historicidade nas relações entre os sexos.

Marika Vila (2023), por outra parte, ao refletir sobre a obra da cartunista espanhola Núria Pompeia (1931-2016), invoca a relevância dos desenhos sensíveis e transgressores que produziu para o humor gráfico, para a crítica social e para o feminismo desde os anos de 1960, em uma época em que não era comum mulheres exercendo a profissão. Seus livros e suas vinhetas criticando o ideário patriarcal devem ser considerados, por trazerem a lume, entre diversos aspectos, a luta histórica por igualdade de direitos entre homens e mulheres nas sociedades ocidentais.

Reflexões pertinentes ao feminino no contexto da modernidade no período de 1914 a 1940 são sublinhadas pela brasilianista Susan Kate Besse (1999), ao problematizar a entrada do Brasil na era industrial moderna. A época foi marcada por mudanças na vida cotidiana, nos hábitos e comportamentos sociais nos grandes centros urbanos, onde as mulheres ingressavam em escolas e profissões antes impensáveis. A autora destaca, ademais, a história da luta de gênero, ao ressaltar o papel de lideranças do movimento feminista naquelas décadas. Houve, sobretudo, questionamentos de valores herdados da velha ordem patriarcal e a defesa da conquista de direitos políticos e sociais que mudaram as relações entre homens e mulheres no âmbito da família, do trabalho, da educação e da cultura. Entretanto, destaca que a conquista de direitos femininos, para a qual o movimento feminista muito contribuiu, não foi suficiente para garantir uma efetiva igualdade de gêneros; apenas modernizou as desigualdades cristalizadas no âmbito da sociedade brasileira.

As conquistas dos direitos das mulheres configuram-se como importante via de legitimação de espaço feminino. Em uma sociedade patriarcal, cabiam às mulheres atividades vinculadas ao âmbito doméstico; a atuação da mulher no espaço público não era priorizada. Neste sentido, os direitos adquiridos têm sido alcançados de forma paulatina. No que concerne às organizações geridas por lideranças feminina, destaca-se a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Não obstante o destaque à Federação, o contexto do feminismo no Brasil deve ser pensado de forma plural, considerando-se que as manifestações foram diversas, mesmo que a luta pela transformação da condição das mulheres consistisse na premissa fundamental. Segundo Pinto (2003), o desenvolvimento do feminismo nas primeiras décadas do século XX apresentaria três vertentes: a primeira configura-se como um movimento organizado e institucionalizado, com alcance em âmbito nacional e tendo como meta central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos, sem pretensões de alterar as relações

entre os gêneros - o que parece ser a face bem comportada do feminismo; a segunda poderia ser chamada de feminismo difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa; a última vertente se manifesta no ideário do movimento anarquista, e, posteriormente, nas reivindicações do Partido Comunista.

Conforme a dinâmica do movimento feminista observada, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino apresentaria características mais próximas da face bem-comportada relacionadas às manifestações em prol das mulheres das classes médias e altas da sociedade. Esta instituição foi fundada em 9 de agosto de 1922, configurando-se como uma associação com sede e foro na capital da República, à época, a cidade do Rio de Janeiro, sendo denominada inicialmente Federação Brasileira das Ligas pelo Progresso Feminino. As primeiras ações empreendidas pelas mulheres feministas deste grupo estavam voltadas para a conquista do direito ao voto e destinadas a cooperar com os esforços das mulheres empenhadas em cumprirem dignamente a elevada missão que lhes competia no lar, na assistência social e na vida pública, além de prepará-las para o papel de mãe, de educadora e de cidadã.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino era composta por departamentos centrais na capital e nos estados; por filiais em cidades do interior do país; por representantes individuais e por comissões nos locais onde não havia filiais, assim como por associações federadas. A Federação apresentava os seguintes fins: promover a educação da mulher e elevar o nível de instrução feminina; proteger as mães e a infância; obter garantias legislativas e práticas para o trabalho da mulher; auxiliar as boas iniciativas femininas e orientar a mulher na escolha de uma profissão; estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interesse pelas questões sociais e de interesse público; assegurar à mulher os direitos que a Constituição lhe confere e prepará-la concomitantemente para o exercício das correspondentes funções; estreitar as relações de amizade com os demais países, a fim de assegurar a manutenção perpétua de paz e de justiça no hemisfério ocidental. (Arquivo Nacional, documento BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.SEC, TXT.3, v.1, p.12-13.)

As garantias do trabalho feminino também compunham um dos fins da Federação e tratava das condições de trabalho da mulher que era mãe e operária. As reivindicações pautavam-se nas garantias legislativas visando a um horário razoável de trabalho, a exclusão das indústrias perigosas para a saúde individual e de sua descendência, a proibição do trabalho noturno, o repouso sem perda de emprego e de vencimentos algumas semanas antes e depois do parto, facilidades de amamentar seus filhos e outras medidas análogas.

O trabalho referido nos termos da Federação, no entanto, deve ser considerado com cautela. Afinal, quando se referem ao trabalho exercido pelas mulheres nas primeiras décadas do século XX, que tipos de atividades levam em consideração? Trabalho assalariado, atividades domésticas, filiação e atuação em associações femininas? Todas essas esferas envolvem os corpos, as identidades das mulheres e suas lutas por cidadania. No que diz respeito à inserção das mulheres que atuaram na esfera laboral nos anos de 1920 e 1930, por

exemplo, há uma gama bastante ampla de ocupações que deve ser avaliada.

Os documentos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em especial as fichas com propostas para admissão de sócias e o livro de matrículas de filiadas, mostram dados pessoais e as profissões exercidas por aquelas mulheres. Foram observados diferentes modelos de fichas. As relativas à década de 1920 sugerem o preenchimento de dados simples, como nome, endereço, naturalidade, profissão e a indagação se a proponente pertencia a alguma sociedade congênere à Federação. Na década de 1930, as fichas requerem o preenchimento de outros dados, como nacionalidade, atividade na companhia em que trabalha, títulos e atividades exercidas. Em outro modelo de ficha, acrescem-se as seguintes perguntas: quais os fins sociais que mais lhe interessam? Que auxílios deseja prestar? É eleitora? A que sociedades pertence?

As informações solicitadas nas fichas demonstram que as mulheres candidatas à filiação apresentavam-se mais ativas no espaço público e na sociedade, como é possível observar na descrição das respostas dadas pelas proponentes a sócias. Como exemplo, tem-se a proposta de Renée Lamounier, que apresenta diferentes ocupações em cargos de gestão e liderança: fundadora e diretora de Círculo de Arte; diretora dos departamentos de música, do chá e de programas; coordenadora do departamento do Women's Club do Rio de Janeiro; tesoureira do Club da Lady de Curitiba; fundadora e presidente do Women's Club de Petrópolis; redatora de correspondência em francês e tradutora; professora do Liceu Franco-brasileiro. Nesta proposta, a candidata, descreve várias atuações no espaço público. Infere-se, pois, que tais habilidades poderiam contribuir para a ocupação de algum cargo na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, devido à atuação em diferentes atividades. Em outra proposta, de Idalia de Araújo Porto Alegre, há a sinalização de sua profissão, enfermeira, bem como o propósito da Federação que mais interessava a proponente, no caso, os direitos de proteção das enfermeiras. E, quanto à ocupação, atuava na Cruz Vermelha.

O livro de matrículas de associadas apresenta o registro de trezentos e dez sócias, no período de 1922 a 1927. Em relação às profissões citadas, foram observadas dezenove modalidades, nas quais as mulheres transitam em diferentes áreas, como música, saúde, educação, engenharia, comércio, aviação e jornalismo. Neste universo, há maior incidência das profissões de datilógrafa, professora, encadernadora e compositora. Há o registro de uma aviadora, Anésia Pinheiro Machado, profissão pouco comum para as mulheres à época.

Os documentos sobre as sócias da Federação, fichas e o livro de matrículas permitem analisar os perfis das mulheres que buscavam se filiar à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no período examinado. Suas ocupações e profissões, assim como os locais de atuação, facultam um expressivo mapeamento e análise das atividades realizadas no espaço público por esse grupo de mulheres, apontando um deslocamento de uma suposta condição de subalternidade feminina para um modo de ativismo específico da época em que atuaram e do grupo social ao qual pertenciam.

Referências

BESSE, Susan Kate. **Modernizando a desigualdade**: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914- 1940). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CALIXTO, Carolina.; GOUVÊA, Viviane. **O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional**. Acervo, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 239–253, 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1391>. Acesso em: 02 abril. 2023.

COSTA, Nailda Marinho. A educação das mulheres no pensamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1931). In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia. **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia: Edufu, 2006. v.1. p. 1370-1380.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. 3

PERROT, Michelle. Dossiê história das mulheres no ocidente: escrever uma história das mulheres, relato de experiência. **Cadernos Pagu (4) 1995: p. 9-28**

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro)

SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Erico Vital. (orgs). **Dicionário de Mulheres do Brasil**. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

VILA, Marika. Núria Pompeia. Sociología en viñetas. Un volcán explosivo bajo la línea ingenua. GÁLVEZ, Pepe. **Nuria Pompeia: ayer, hoy y siempre**. Alcalá de Henares: Instituto Quevedo de las Artes del Humor de la Fundación General de la Universidad de Alcalá y La Cátedra ECC-UAH de Investigación y Cultura del Cómic, 2023.

Fontes

Arquivo Nacional, documento BR RJANRIO Q0.ADM, EOR.SEC, TXT.3, v.1

Arquivo Nacional, documento BR.RJANRIO.Q0.ADM.EOR.SEC.TXT.3. v.4

Arquivo Nacional, documento BR.RJANRIO.Q0.ADM.EOR.SEC.TXT.5v.1